

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO NO BRASIL: UM NOVO DESAFIO?

Romerito Valeriano da Silva¹
Duval Magalhães Fernandes²

O crescimento e a estabilidade da economia brasileira nas duas últimas décadas, combinados com a crise que assola a Europa e os Estados Unidos, fizeram aumentar a quantidade de imigrantes internacionais brasileiros de retorno. Tal situação transforma a questão do retorno de brasileiros em um elemento demográfico que exige uma atenção maior dos pesquisadores. Frente a isso, o presente artigo dialoga com alguns estudiosos que tratam do tema migração internacional para fundamentar a análise da imigração de retorno para o Brasil. Concomitantemente, descrevem-se os instrumentos de pesquisa usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos censos de 2000 e 2010 para aferir a população de imigrantes brasileiros retornados com o objetivo de identificar as vulnerabilidades e potencialidades desses instrumentos. A partir dessas constatações, busca-se comparar os resultados dos censos de 2000 e 2010 relacionados à migração internacional de retorno de acordo com a data fixa com vistas a verificar se o aumento do número de retornados ao Brasil se confirma.

Palavras-chave: Geografia; População; Migração Internacional; Retornados.

Introdução

As migrações internacionais marcaram a história e estão relacionadas às ocupações dos mais diversos pontos do planeta. Os seus efeitos são sempre sentidos em pelo menos dois lugares: o local de origem e o local de destino. Como afirma Sayad (1998), o migrante consegue a façanha de ocupar duas posições ao mesmo tempo: é imigrante e emigrante. Devido aos impactos e, sobretudo, às incertezas do processo migratório, o tema vem ocupando a mente de vários pesquisadores.

Todas as preocupações dos estudiosos, que se transformaram em pesquisa, contribuíram para o desenvolvimento de um arcabouço teórico sobre o tema migrações internacionais. Desde as primeiras contribuições de Ravenstein, com suas leis sobre migrações, diversos autores vêm apresentando propostas de teorização sobre esse assunto.

Ora as teorias descrevem o processo migratório como uma decisão racional baseada apenas no indivíduo, que analisa a conjuntura econômica e tende a se movimentar para as áreas que oferecem maior renda, ora o caracterizam como resultante da dependência do sujeito em relação às condições estruturais e sociais nas quais ele está inserido – sendo a decisão ainda

¹ Doutorando em Geografia pela PUC-MG, mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade e professor de Geografia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Bolsista da FAPEMIG. E-mail: romerito@timoteo.cefetmg.br

² Doutor em Demografia – CEDEPLAR (UFMG), professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-MG. E-mail: duval@pucminas.br

individual, mas fortemente influenciada pelo contexto socioeconômico do migrante –, ou ainda apresentam o emigrante como uma vítima do sistema capitalista, que tende a transformá-lo em uma mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura. Também há aqueles teóricos que dedicam atenção especial às relações sociais dos migrantes. Para estes, o processo migratório é motivado e viabilizado pelas redes de contatos.

Uma análise rápida dessas teorias permite afirmar que nenhuma delas focou a migração internacional de retorno. Todas estão preocupadas com o processo de migração, mas sem se aprofundar nos movimentos de retorno dos migrantes. Isso é fácil de compreender, basta relacionar as teorias mencionadas com o contexto histórico no qual foram desenvolvidas. No período de elaboração dessas teorias o retorno já existia, mas não era encarado como uma problemática de pesquisa, por ser, então, um movimento relativamente pequeno e com poucos impactos.

As transformações econômicas das últimas décadas alteraram a divisão internacional do trabalho (DIT), e tais modificações impactaram as migrações. Países até então periféricos, tradicionais exportadores de mão de obra, passaram a se destacar no cenário econômico mundial. A crise financeira que atingiu a economia americana em 2008 e se espalhou para o resto do mundo nos anos seguintes acentuou ainda mais os efeitos das transformações na DIT. Os países que agora são considerados semiperiféricos, que passaram a ser denominados como emergentes, foram menos afetados pela crise e isso interfere diretamente na dinâmica das migrações internacionais.

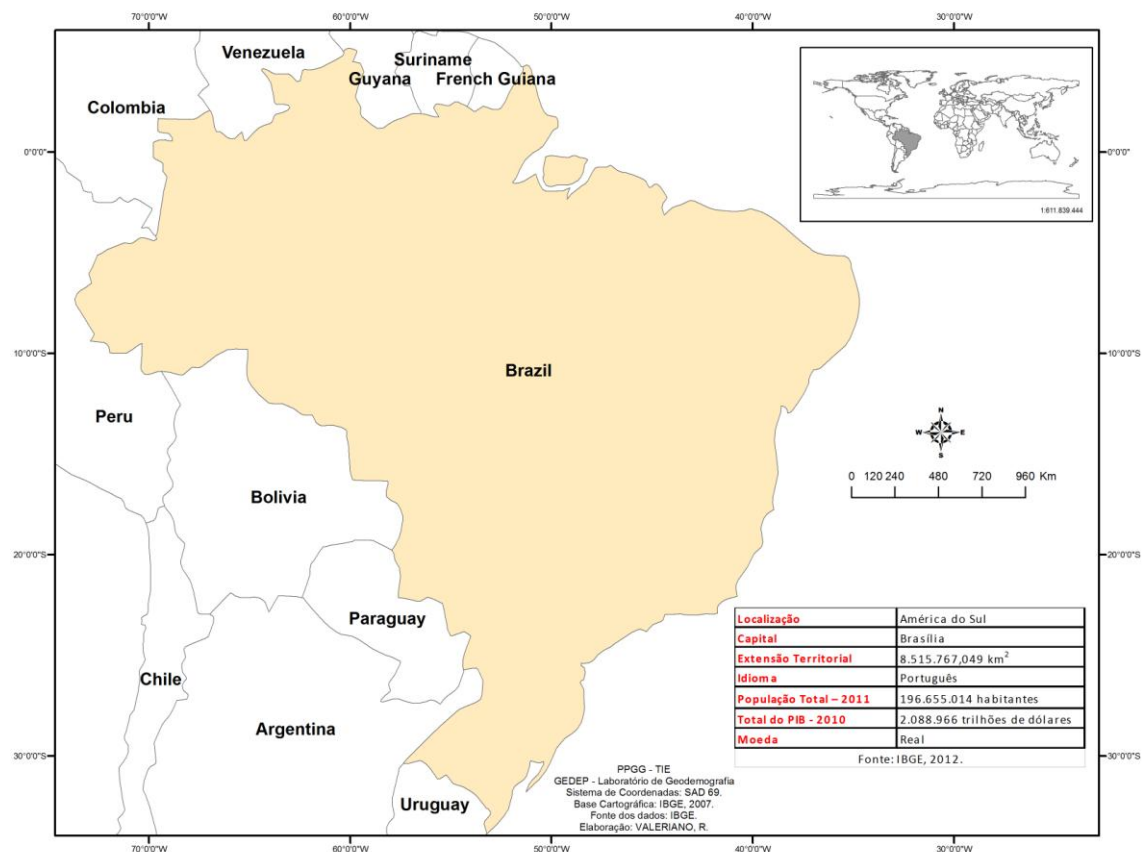
Muitos emigrantes dos países emergentes começaram a ver o retorno como uma nova opção perante as dificuldades que estão enfrentando. Tal contexto, desenhado pela crise internacional, obriga os pesquisadores a fazerem uma reflexão mais aprofundada sobre a migração internacional de retorno, em especial aquela que vem ocorrendo para o Brasil: um país emergente que, ao ser um dos menos afetados pela crise financeira, pode estar vivenciando os efeitos do retorno de muitos brasileiros que foram tentar a vida lá fora.

Frente a essa situação, o presente artigo busca dialogar com alguns estudiosos que tratam do tema migração internacional de retorno, para fundamentar uma análise da situação dos imigrantes retornados para o Brasil. Concomitantemente, pretende-se descrever criticamente os instrumentos de pesquisa usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos censos de 2000 e 2010 para aferir a população de imigrantes brasileiros retornados nesse período com o objetivo identificar as vulnerabilidades e potencialidades desses instrumentos. A partir dessas constatações, busca-se comparar os resultados do censo em 2000 e 2010,

relacionados à migração internacional de retorno de acordo com a data fixa, com vistas a verificar se o aumento do número de retornados ao Brasil se confirma.

Delimitação espacial

O Brasil é um dos maiores países do mundo em diferentes critérios, e por isso é considerado por muitos um país continente. Tem o quinto maior território (Mapa 1), atrás apenas de Rússia, Canadá, China e Estados Unidos, a quinta maior população, atrás de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia, e no último ano passou a contar com o 6º maior PIB (Produto Interno Bruto), sendo superado apenas por Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França. Como se pode perceber, trata-se de um país que ocupa uma posição de destaque no cenário internacional.



MAPA 1 – Delimitação espacial do Brasil

O destaque do Brasil vem se acentuando nas últimas décadas por causa da redemocratização e reestruturação financeira, que garantiram uma situação de estabilidade política e econômica para o país. A estabilização tornou-se mais evidente a partir da crise

internacional de 2008, pois ficou patente que o Brasil foi um dos países menos afetados, sobretudo por ter fortalecido o seu mercado interno nos últimos anos.

Esta nação apresenta na formação de sua população uma forte relação com a migração internacional. Foi, até a segunda metade do século XX, um país de imigrantes. A crise financeira que o afetou na década de 80 levou a uma situação de forte emigração internacional, sendo que, atualmente, vem apresentando tendência de aumento na imigração internacional.

Devido ao protagonismo que o país vem assumindo no cenário internacional, é crucial entender os processos migratórios internacionais que ocorrem na atualidade em seu território, pois isso é um indicativo de transformações em escalas geográficas maiores.

Desenvolvimento

Um pouco sobre as principais teorias migratórias

Vários autores tratam da questão migratória e todos são unânimes em apontar a falta de uma teoria das migrações que abarque toda a complexidade do fenômeno. De tal modo que se devem conhecer as várias propostas de teorias migratórias para, através de sua análise e combinação, encontrar uma fundamentação teórica que pelo menos indique caminhos para o entendimento desse fenômeno.

Segundo Massey *et.al.* (2008), as diversas propostas de teorias procuram explicar o mesmo fenômeno, mas por perspectivas diferentes. Nesse sentido, as teorias neoclássicas são aquelas que focam no diferencial de renda e em condições de empregabilidade entre os países como fatores determinantes da migração. Elas concebem o movimento migratório como resultado de uma decisão individual baseada na possibilidade de maximização dos rendimentos. Já as teorias da nova economia consideram as condições em variados mercados (financeiro, etc.) e não apenas no mercado de trabalho. Dessa forma, a migração é vista como uma decisão familiar tomada para minimizar os riscos da produção ou consumo familiar atribuído aos problemas de crédito nos países em desenvolvimento e às inseguranças dos mercados nessas áreas (MASSEY *et.al.*, 2008).

A percepção apresentada por essas teorias domina o senso comum sobre as migrações. Para muitas pessoas, o ato de migrar é resultado de uma decisão individual baseada nas diferenças de rendimento entre uma região e outra. Para outro grupo, trata-se de uma decisão compartilhada com a família, que se fundamenta nas possibilidades de melhoria da qualidade de vida do migrante e de seus familiares. Para além dessas percepções, estudos acadêmicos sobre o tema têm buscado alternativas teóricas que permitam superar as teorias neoclássicas.

Nesse sentido, as teorias do mercado de trabalho segmentado e do sistema mundial geralmente ignoram o processo decisório individual (nível micro), focando nas forças que operam em nível macro. Tais teorias relacionam a imigração às características estruturais das modernas economias industriais e concebem o fenômeno como uma consequência natural da entrada do sistema capitalista nas fronteiras nacionais (MASSEY *et.al.*, 2008).

Assim sendo, percebe-se que o marxismo e seus discípulos inseriram-se nos mais diversos ramos da sociedade e dos estudos científicos, e não foi diferente nas pesquisas sobre migrações. A percepção histórica estrutural que fundamenta as teorias do mercado segmentado e do sistema mundial é uma confirmação dessa inserção. Trata-se de uma abordagem que percebe as desigualdades do sistema capitalista como combustível para os movimentos migratórios.

Massey *et.al.* (2008) destacam que, apesar de essas teorias abordarem diferentes causas e níveis de análise (individual, familiar, nacional e internacional), elas não são totalmente incompatíveis entre si. Nesse sentido, segundo os autores, o indivíduo pode migrar para maximizar os seus rendimentos enquanto sua família organiza-se para minimizar os riscos, e ambas as decisões são tomadas sobre influência das forças estruturais que operam em nível nacional e internacional.

Além de tratar dessas teorias baseadas nas causas da migração internacional, Massey *et.al.* (2008) tratam também de teorias relacionadas à perpetuação dos movimentos internacionais. Nesse caso, os autores afirmam que as migrações podem começar por várias razões, mas as condições que iniciam o movimento podem ser diferentes daquelas que o perpetuam. Entre as teorias que explicam a perpetuação dos movimentos, os autores apresentam a teoria do Capital Social e da Causa Cumulativa. A primeira se baseia nas redes sociais que motivariam e viabilizariam o processo migratório, a segunda fundamenta-se no argumento de que ao longo do tempo a migração internacional tenderia a se autossustentar.

A partir dessas proposições, Massey *et.al.* (2008) destacam que as teorias migratórias devem ser combinadas para possibilitar uma análise mais adequada de um tema complexo como é o da migração internacional. Em total concordância com essa proposição de Massey *et.al.* (2008), segue-se a análise de um dos aspectos dos movimentos migratórios internacionais, o retorno, tendo como referência as teorias migratórias apresentadas.

Um olhar para o movimento de retorno

Com o objetivo de tornar a discussão o mais coerente possível, vale a pena verificar como alguns autores que discutem a temática migração internacional se referem ao fenômeno

do retorno. Isso pode lançar luz sobre um aspecto relativamente obscurecido nos estudos migratórios e que é o tema base deste artigo. O retorno dos migrantes é um fato que marca os países de origem e de entrada. É possível considerar o retorno como uma nova etapa migratória que, assim como a primeira, exige um projeto que pode levar anos para ser elaborado e ainda mais anos para ser implantado.

Da mesma forma que variam as teorias migratórias, variam também as concepções sobre o movimento de retorno dos migrantes. As teorias de perspectivas neoclássicas permitem pensar a migração de retorno como resultado de um projeto migratório que não deu certo, uma vez que para os teóricos dessa linha a migração tem um caráter definitivo.

Na contramão da concepção neoclássica, pode-se verificar a definição de Piore (1979). De acordo com esse autor, o imigrante se vê como temporário e pretende retornar, mas na maioria das vezes não consegue realizar esse plano e nunca retorna ou, até mesmo, volta a emigrar várias vezes, logo o fracasso não está no retorno, mas sim na fixação no país de destino. Dessa forma, é possível constatar que, para Piore (1979), o retorno não é um sinal de fracasso, mas sim uma consequência do sucesso na empreitada migratória. A concepção de retorno do autor pode ser enquadrada naquela apresentada pelas teorias da nova economia que, no sentido oposto da neoclássica, concebem o retorno como uma consequência lógica de sucesso no projeto migratório (KOOLHAAS, 2012).

As abordagens teóricas baseadas na transnacionalização e nas redes sociais, consideradas por Massey *et.al.* (2008) como fatores de perpetuação dos fluxos migratórios, visualizam o retorno não como um fim do ciclo migratório, mas sim como uma fase desse processo que também não significa uma volta definitiva ao país de origem (KOOLHAAS, 2012). O imigrante não quer retornar nem se fixar, ele acaba se acostumando com a condição de migrante (aquele que se movimenta) e o que o define não é mais o local de origem ou o local de destino, mas sim a condição de sem lugar. Nesse contexto, o retorno (não definitivo) é apenas mais um elemento de confirmação da condição de migrante.

Siqueira (2009, p. 87) considera que existem quatro categorias de migrantes que retornam:

Os migrantes que não conseguem se readaptar e retornam apenas para passear e rever a família e os amigos, nos períodos de férias; os emigrantes que retornam e conseguem vencer todas as dificuldades econômicas, sociais e culturais e se fixar na sua terra natal; os que vivem tentando retornar, mas não conseguem, seja por razões

econômicas ou culturais, e outra que, pode-se dizer, está se configurando como dos transmigrantes.

O mais interessante nessas categorias apresentadas por Siqueira (2009) é que um mesmo migrante pode ser identificado em todas elas, podendo apenas variar o momento e o contexto nos quais ele se comportará de determinada forma. Logo, é possível encontrar entre os que retornam para o Brasil tanto aqueles que voltam para passear, como os que conseguem se fixar na terra natal e outros ainda que se mantêm nos dois lugares, retornando e não retornando ao mesmo tempo, bem como se encontram aqueles que se comportam de todas essas maneiras, dependendo de como e quando voltam.

Para Sayad (2000, p.11), “o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cegos, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra.” Talvez seja um pouco generalista afirmar que o retorno seja o desejo de todo imigrante, mas concorda-se que é o desejo da grande maioria dos que ousam sair de seu país de nascimento para tentar a vida no exterior. Quando Sayad (2000) afirma que o retorno trata-se de uma operação impossível, está se referindo ao fato de o retornado nunca voltar para o mesmo lugar e no mesmo tempo. O tempo passa e o lugar muda, o retorno sempre será para um lugar e um tempo desconhecidos pelo imigrante, daí a analogia com o cego, o imigrante será um cego nesse “novo” lugar de retorno.

É com toda essa complexidade do retorno que o Brasil começa a ter que lidar agora que os emigrantes buscam o país como uma luz em meio à escuridão da crise econômica internacional. De maneira a elucidar essa questão, buscar-se-á no próximo item verificar como o censo brasileiro vem identificando e tratando a temática do retorno.

As migrações e o retorno nos questionários dos censos brasileiros

Para tornar a análise dos questionários dos censos de 2000 e 2010, no que tange à temática do retorno, mais coerente, é imperioso verificar como a migração de forma geral e a migração internacional de forma específica vêm sendo tratadas nos censos. De acordo com Rigotti (2011), o censo de 1960 foi um dos primeiros a levantar os dados sobre migração, porque se buscou acessar informações que elucidassem o grande afluxo de pessoas para São Paulo naquele período e a forte migração rural-urbana que marcou a década de 1950.

Nesse sentido, o questionário do censo em 1960 captava os dados sobre migração através de questões sobre a naturalidade da pessoa, tendo como referência a unidade da

federação ou o país estrangeiro de nascimento, e também questionava a procedência dos não naturais, o tempo de migração e o lugar de residência anterior delimitado pela unidade da federação ou país estrangeiro (RIGOTTI, 2011). Essas questões foram interessantes, pois permitiram atingir em parte os objetivos almejados em relação à identificação dos processos migratórios. A vulnerabilidade maior desse questionário estava no fato de apenas os não naturais responderem às questões. Rigotti (2011) aponta mais uma vulnerabilidade: as perguntas relativas ao lugar de nascimento e de última residência não possuíam referência temporal, o que impedia de diferenciar as pessoas que haviam migrado há muito tempo daquelas que migraram mais recentemente.

No censo de 1970, a definição quanto a quem responderia às perguntas relacionadas às migrações continuou a mesma de 1960: apenas quem não era natural do município em que foi aplicado o questionário. Apesar da permanência dessa lacuna, ele foi um pouco melhor por levantar informações sobre o tempo de residência na unidade federativa e no município. Isso resolveu em parte o problema da falta de informação temporal sobre as migrações apontada no questionário de 1960 (RIGOTTI, 2011).

Em 1980 mais inovações sobre o tema migrações foram inseridas no questionário. A principal delas foi a pergunta sobre se a pessoa havia realizado migração intramunicipal entre os setores rurais e urbanos. Tal pergunta permitiu a identificação de um movimento migratório que vinha marcando a história do Brasil e que ocorria dentro do mesmo município, mas que não podia ser comprovado através dos dados anteriores.

Outra inovação desse questionário foi o nome do município de residência anterior para todos aqueles que residiam há menos de 10 anos no local em que o questionário estava sendo aplicado. Essa inovação garantia um levantamento temporal da migração, mas obscurecia informações sobre onde a pessoa morava no início do período, uma vez que importava apenas a última migração. Apesar disso, o aspecto mais relevante desse questionário em relação às migrações é que todos respondiam às questões sobre esse tema e não apenas os não naturais. Para além de tudo isso, continuava o problema da coleta de dados sobre o retorno: ao se basear na última migração, o questionário não permitia captar o indivíduo que havia morado em um município, emigrado para outro e imigrado para o município de origem novamente. Esse item só viria a ser parcialmente resolvido no censo de 1991 (RIGOTTI, 2011).

Para Rigotti (2011), o censo de 1991 manteve, para as migrações, todos os aspectos do censo anterior e apresentou alguns avanços. O maior deles, segundo o autor, foram as perguntas sobre o nome do município, a situação do domicílio e a unidade federativa (ou país) de residência em 1º de setembro de 1986. Essas perguntas, combinadas com as outras

informações sobre migração, criavam a possibilidade de coletar dados sobre esse assunto a partir de duas formas: última etapa e data fixa. A informação da migração em data fixa permitiu resolver parcialmente o problema de captar informações sobre o retorno, pois ao se comparar os dados da última migração com os de onde estava o imigrante em 1986, poder-se-ia identificar indivíduos que haviam migrado nos últimos cinco anos e retornado para o município de origem.

No caso do censo de 2000 (IBGE, 2012), as perguntas sobre migrações foram as 4.23, 4.24 e 4.26. A pergunta 4.23 (“Qual é a unidade da federação ou país estrangeiro de residência anterior?”) identifica a migração de última etapa. Com as perguntas 4.24 (“Onde residia em 31 de julho de 1995?”) e 4.26 (“Em que unidade da federação ou país estrangeiro residia em 31 de julho de 1995?”) foi possível captar a informação sobre a imigração em data fixa. Nesse caso, vale destacar o problema de ser o próprio imigrante que responde à pergunta. Assim, se o emigrante internacional não retornou ao Brasil não é contado pelo censo. Isso fez com que uma boa parte dos fluxos migratórios brasileiros no período entre 1991 e 2000 ficasse obscurecida. Como é possível constatar, da mesma forma que a história não é necessariamente evolutiva, os censos brasileiros também não o são. Em 2000 houve um retrocesso, porque o questionário deixou de conter a pergunta sobre o último município de residência, obrigando a agregação por unidades federativas das informações sobre a última etapa.

Esse problema foi corrigido no questionário de 2010, que apresentou um grande avanço em relação à migração internacional, pois incluiu no questionário básico perguntas sobre se alguma pessoa do domicílio estava morando no exterior até 31 de julho de 2010, a data de nascimento dessa pessoa, o ano da última partida e o país de residência (RIGOTTI, 2011). Essas novas perguntas lançaram luz sobre uma parte do fluxo migratório brasileiro que não aparecia nos censos anteriores, o que pode auxiliar várias pesquisas que tenham como referência esse grupo de emigrantes que continuam no exterior ou que voltaram depois da realização do censo. Apesar disso, se o emigrante foi com toda sua família ou se todos os seus parentes que ficaram no Brasil morreram, continuará não sendo contado pelo censo. Essa é uma lacuna que precisará ser preenchida para o próximo questionário para deixar os dados o mais perto possível da realidade.

Com essas informações sobre os questionários, é possível passar agora para a análise dos resultados que os dois últimos censos (2000 e 2010) apontaram a respeito da imigração de retorno para o Brasil. Estaria o Brasil se transformando em uma alternativa de fato para os brasileiros que foram tentar a vida no exterior? A crise internacional estaria influenciando nisso? São essas e outras perguntas que se buscará responder adiante.

Apresentação e discussão dos resultados

Entre os dados dos censos que permitem identificar a população de retornados para o Brasil, há aqueles vinculados à data fixa. Nesses dados, como descrito anteriormente, pergunta-se ao entrevistado onde ele residia em 31 de julho, cinco anos antes da data de referência do censo, ou seja, para o censo de 2000, a data fixa foi 31 de julho de 1995, e para o censo de 2010, 31 de julho de 2005. Neste trabalho, optou-se por analisar os resultados do retorno tendo como base a data fixa, pois se acredita que tais informações são suficientes para perceber as tendências de crescimento da migração internacional de retorno para o Brasil. Entretanto, como são consideradas nos dados de data fixa todas as pessoas que responderam à pesquisa e não residiam no Brasil em 31/07/1995 e 31/07/2005, inclusive os estrangeiros e naturalizados brasileiros, para restringir o estudo aos brasileiros retornados foram considerados apenas os brasileiros natos que responderam a essas questões.

Assim, foi possível constatar que houve um crescimento considerável do número de brasileiros que retornaram ao país entre os anos de 1995 e 2005. Como se pode verificar no Gráfico 1, a população de retornados no Brasil em 2010 foi 107,8% maior do que a de 2000. Esse dado fica ainda mais destacado quando é comparado com o crescimento da população brasileira, que foi de apenas 12,3% no mesmo período.

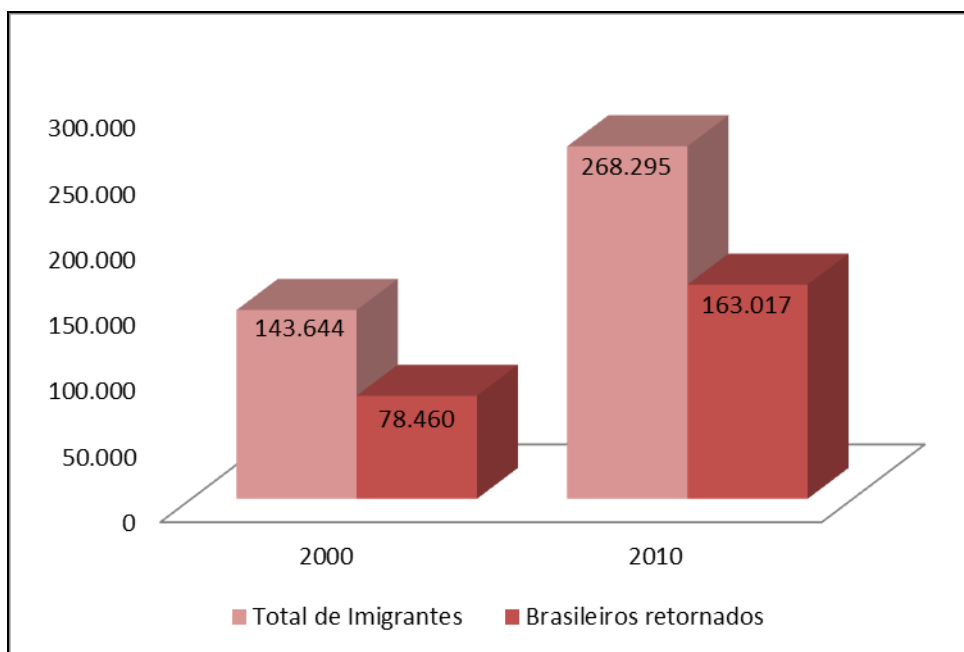
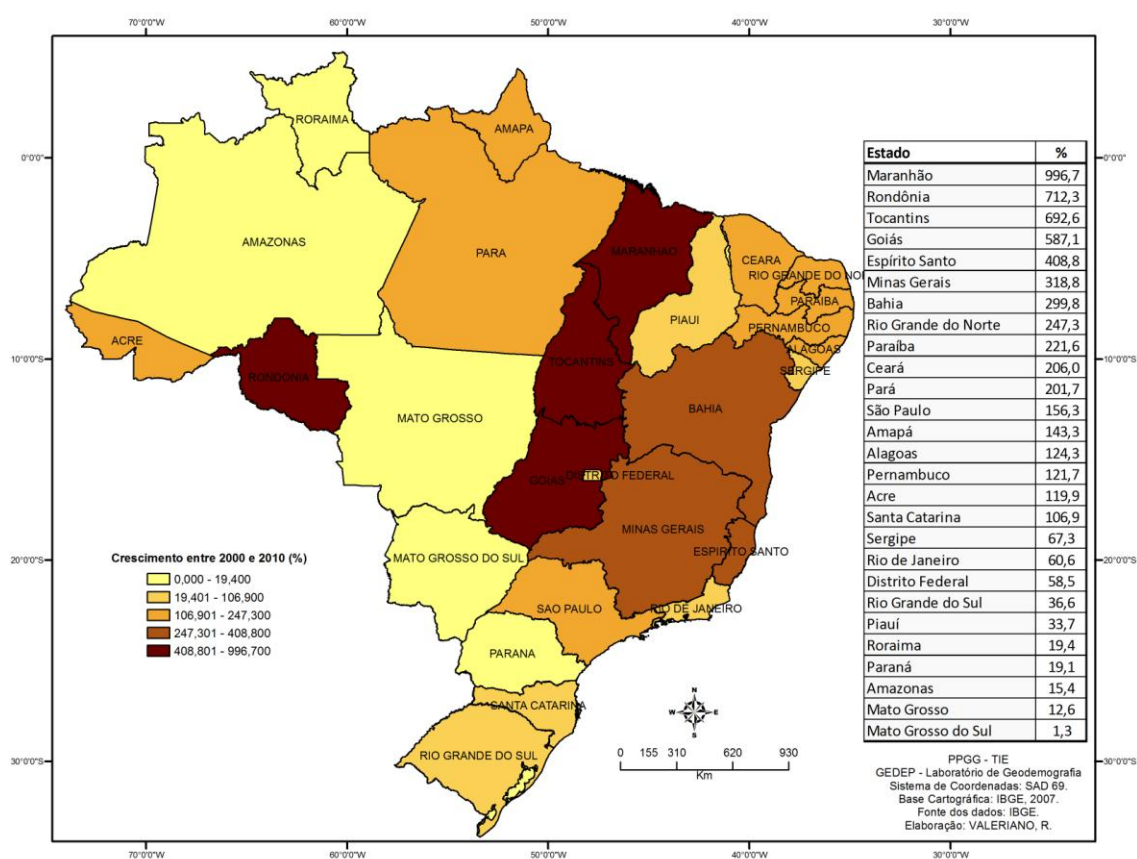


GRÁFICO 1 - Brasileiros de 5 anos ou mais de idade que viviam no exterior em 31/07/1995 e 31/07/2005 e proporção de retornados entre o total de imigrantes que entraram no Brasil em 2000 e 2010. Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000 e 2010).

Outro fato que chama atenção no gráfico é que os imigrantes brasileiros representaram mais de 50% do total de imigrantes que entraram no Brasil nos dois períodos, sendo que, em

2010, representaram mais de 60% do total de imigrantes. Isso é mais um indicativo do aumento da quantidade de brasileiros que retornam para o país. Além disso, é possível perceber ainda que quase dobrou a quantidade de pessoas que residiam no exterior e estavam vivendo no Brasil durante o censo de 2010 em comparação ao censo de 2000. Tudo isso reforça a hipótese de que o Brasil está entrando em uma nova fase da migração internacional, na qual o país volta a atrair muitos imigrantes, sobretudo brasileiros retornados.

Para entender o comportamento espacial desse crescimento da população de retornados, é viável identificar quais foram os estados nos quais houve maior crescimento do número de retornados. Essa informação pode ser visualizada no mapa a seguir:

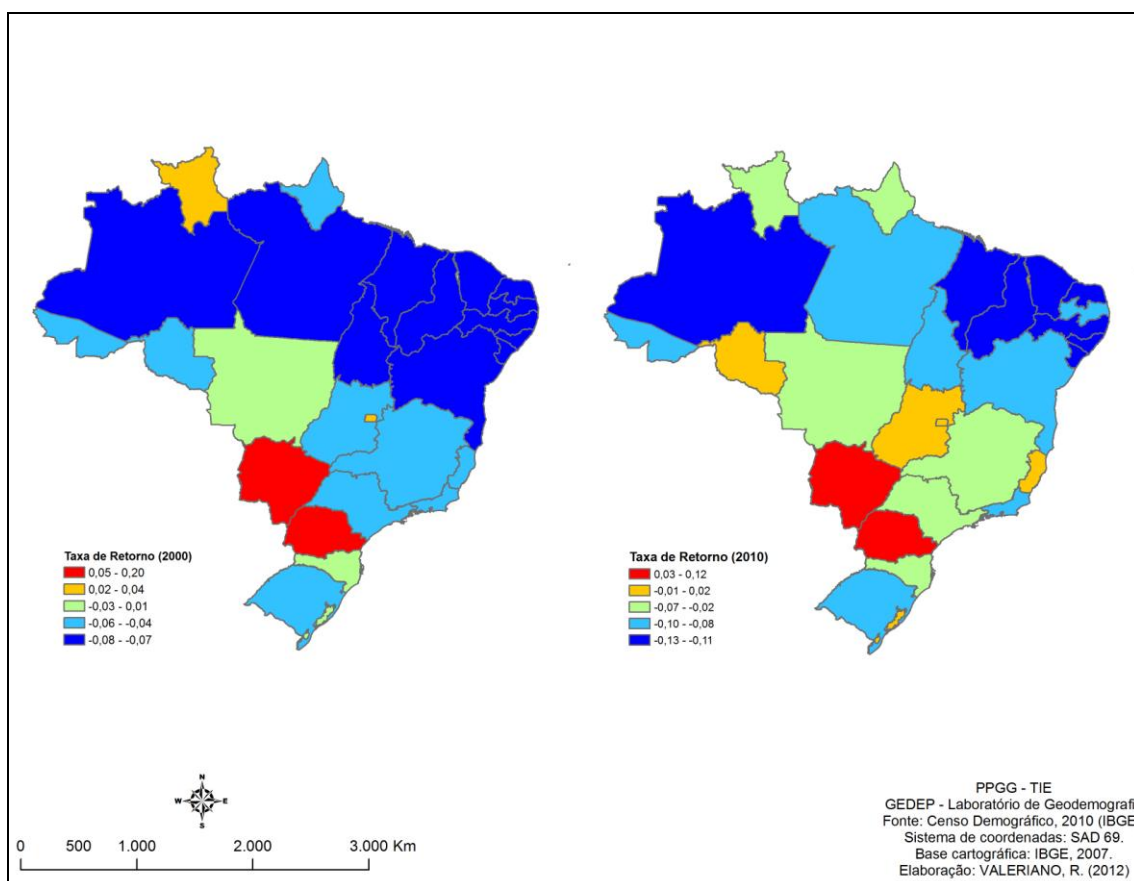


MAPA 2 – Crescimento do número de brasileiros de 5 anos ou mais de idade que viviam no exterior entre 31/07/1995 e 31/07/2005 por estado da federação
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000 e 2010).

A visualização do crescimento da migração de retorno nas unidades federativas brasileiras mostra alguns casos que merecem ser ressaltados. Os estados que apresentaram maior crescimento da população de imigrantes brasileiros retornados foram Maranhão, Rondônia, Tocantins e Goiás. Já os estados que tiveram menor crescimento foram Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Paraná e Roraima. Chama atenção a situação do estado de

Mato Grosso do Sul, esse foi o estado brasileiro que teve menor crescimento de retornados no período, apenas 1,3%.

Para compreender melhor o comportamento desses dados por estado brasileiro foi criada uma taxa de retorno. Essa taxa é a diferença entre a razão de retorno para cada estado brasileiro (quantidade de retornados de cada estado dividida pela população do estado) e a taxa de retorno do Brasil (quantidade de retornados no Brasil dividida pela população total do país). Quando o estado apresenta sua taxa de retorno igual a zero significa que tem uma situação de retorno semelhante à do Brasil. Se as taxas são positivas, indica que o estado apresenta uma razão de retorno que supera a realidade do país, portanto demonstra uma situação atípica. Já quando as taxas são negativas, é um indicativo de que o estado tem uma razão de retorno menor do que a do Brasil, o que também pode ser considerada uma situação atípica. Essas taxas foram elaboradas para os períodos de 2000 e 2010 e podem ser analisadas nos mapas a seguir:



MAPA 3 – Razão de retornados dos estados da Federação em relação à razão de retornados do Brasil.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000 e 2010).

É possível notar que os mesmos estados que apresentaram uma razão de retorno bem maior do que a do Brasil em 2000 mantiveram o comportamento em 2010: Mato Grosso do Sul e Paraná. O fato de esses dois estados fazerem fronteira com um dos principais destinos de brasileiros que vão para o exterior pode ser a razão que os leva a apresentar uma taxa de retornados bem superior a do Brasil. É famosa a história dos brasiguaios, brasileiros que emigraram para o Paraguai e se tornaram grandes produtores rurais naquele país, fazendo do Paraguai o terceiro principal destino de brasileiros que foram viver no exterior. A eleição de Fernando Lugo como Presidente do Paraguai e as discussões sobre a legitimidade da posse de terras paraguaias por brasileiros podem ter contribuído para que muitos brasileiros retornassem ao Brasil no período em análise.

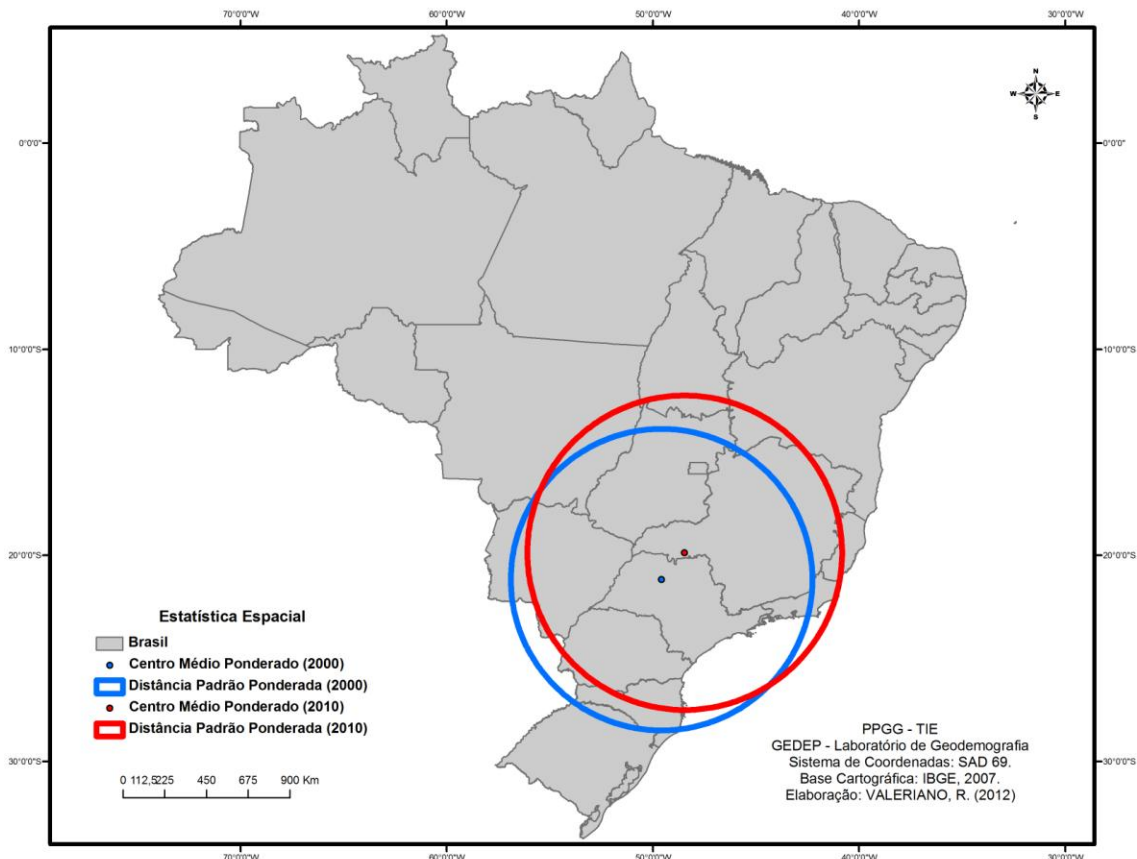
Ao mesmo tempo, podem-se constatar mudanças nos padrões migratórios de alguns estados brasileiros. Em 2000, a maioria dos estados do Norte e Nordeste apresentou uma taxa de retorno menor do que a do Brasil, já em 2010, essas foram as regiões que tiveram mais estados com variação para mais em sua taxa de retorno, apesar de grande parte ainda apresentar uma taxa de retorno menor do que a do Brasil. Também é interessante observar a situação de Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rondônia. Esses estados saíram de uma taxa de retorno inferior à do Brasil em 2000 e passaram a apresentar em 2010 uma taxa de retorno ligeiramente maior do que a do país. O contrário aconteceu com os estados de Roraima e Mato Grosso.

As unidades federativas que apresentaram uma razão de retorno maior do que a brasileira demonstram uma tendência forte de retorno, o que pode ser um indicativo de que são unidades federativas de onde saíram muitos brasileiros para morar no exterior ou que são áreas que na atualidade atraem muitos brasileiros que retornam para o país em busca de oportunidades e veem nessas novas fronteiras do desenvolvimento o caminho para sua reinserção no mercado de trabalho. A situação contrária ocorre com as unidades federativas que apresentaram razão de retorno menor do que a brasileira.

De maneira a visualizar de forma espacial se houve alguma mudança na distribuição da população de retornados entre os anos de 2000 e 2010, foi aplicada uma técnica de estatística espacial que leva em consideração o contingente de população retornada de cada estado da federação. Trata-se dos centros médios ponderados e das distâncias padrão ponderadas pela população retornada nos períodos em análise.

O Centro Médio Ponderado é uma média das distâncias dos centroides de cada estado ponderado pela população de imigrantes brasileiros retornados nessas áreas. Já a Distância Padrão Ponderada é a média dos desvios padrão das distâncias dos centroides dos estados em

relação ao centro médio, tendo como peso também a população de imigrantes retornados. Esses dados, quando observados em momentos distintos, podem indicar a área que apresenta maior centralidade em relação às variáveis em estudo, bem como a região de maior atração para o fenômeno (Gerardi e Silva, 1981). Isso pode ser verificado no mapa a seguir:



MAPA 4 – Estatística espacial sobre os retornados para o Brasil entre os Censos de 2000 e 2010.
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000 e 2010).

O mapa permite constatar que o Centro-Sul do Brasil é a região que mais recebeu imigrantes brasileiros retornados do exterior nos dois períodos. Também é possível notar um pequeno deslocamento para norte e nordeste do círculo correspondente à distância padrão ponderada, indicando que houve um crescimento maior da participação dos estados mais a norte e nordeste no total de imigrantes brasileiros retornados a partir de 2010. Basta lembrar que o estado que apresentou maior crescimento na quantidade de brasileiros retornados no período foi o estado do Maranhão, com um crescimento superior a 900%.

Essa realidade demonstrada no mapa anterior é mais um indicativo das mudanças na distribuição dos fenômenos socioeconômicos no Brasil. A quantidade de imigrantes brasileiros retornados está acompanhando o caminho trilhado pelas indústrias que começam a deixar os antigos eixos industriais do Brasil e buscam novas áreas de investimentos no Nordeste. Mesmo

assim, a região Centro-Sul ainda é uma região concentrada, como apontam Santos e Silveira (1986), só que esses autores se referem à produção de tecnologia, desenvolvimento econômico, etc. Os resultados aqui demonstrados tornam possível acrescentar que se trata de uma região onde se concentram os imigrantes brasileiros retornados do exterior, mas também demonstram uma nova tendência na distribuição espacial desse grupo.

Considerações finais

O estudo aqui realizado permitiu confirmar alguns aspectos apontados anteriormente e apontou novos questionamentos que merecem ser mais profundamente pesquisados. A breve apresentação de algumas teorias migratórias demonstrou as lacunas em relação ao retorno, o que indica a necessidade de mais pesquisadores de se debruçarem sobre esse tema, que vem se transformando em um dilema para países emergentes como o Brasil.

Ficou nítido que houve uma evolução nos instrumentos de pesquisa usados pelo censo demográfico brasileiro para captar a migração internacional, entretanto, foi possível perceber os riscos de retrocesso entre um censo e outro, o que exige uma vigilância constante dos pesquisadores para evitá-los. O questionário do censo de 2010 acrescentou questionamentos sobre a migração internacional para todo o universo pesquisado, o que pode ser considerado uma grande conquista para os estudiosos do assunto, basta agora aperfeiçoá-los para o próximo censo.

Os dados comparados sobre a migração de retorno entre os períodos de 2000 e 2010, mesmo com as limitações de se usar como referência apenas a migração de data fixa, demonstraram claramente um crescimento considerável da migração de retorno para o Brasil. Tal situação confirma a hipótese de que o Brasil está passando para uma nova etapa do que poderia se chamar de transição migratória. O país volta lentamente a ser um país de imigração, nem tanto de estrangeiros, mas, sobretudo, dos próprios brasileiros, que buscam no país um refúgio frente às incertezas da crise internacional. O governo e a sociedade devem ficar atentos a esse fenômeno de maneira a minimizar os seus impactos negativos e maximizar suas oportunidades.

As informações sobre o retorno espacializadas pelas unidades da federação permitiram constatar algumas tendências, como o crescimento do número de retornados nas regiões Norte e Nordeste, que merecem ser pesquisadas com maior afinco. Estudos específicos sobre esse assunto poderão apontar caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas regionalizadas que abarquem as demandas que o retorno de brasileiros representa para cada área do país.

O presente artigo não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de estudo do tema “imigrantes brasileiros de retorno”, mas busca apenas identificar novos caminhos de pesquisa e, nesse aspecto, atingiu parcialmente seu objetivo.

Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 08 dez. 2012.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira e SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

KOOLHAAS, Martín. **Migración de retorno en Uruguay: magnitud, perfil demográfico e inserción laboral (1996-2011)**. V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, 2012, Montevideo, Uruguai. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=1149&Itemid=561>. Acesso em: 27 Jun. 2012.

MASSEY, Douglas; *et. al.* **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the Millennium**. IUSSP – Oxfordpress. New York. 2008.

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. New York: Cambridge University Press, 1979.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Dados censitários de análise das migrações no Brasil: avanços lacunas**. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). Mobilidade Espacial da População: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011. cap. 7, p. 141-156.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001, 474 pp

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. In: Travessia: revista do migrante (especial). São Paulo: CEM – Centro de Estudos Migratórios, Jan. 2012.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/ Estados Unidos**. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.